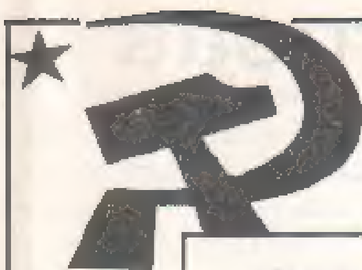




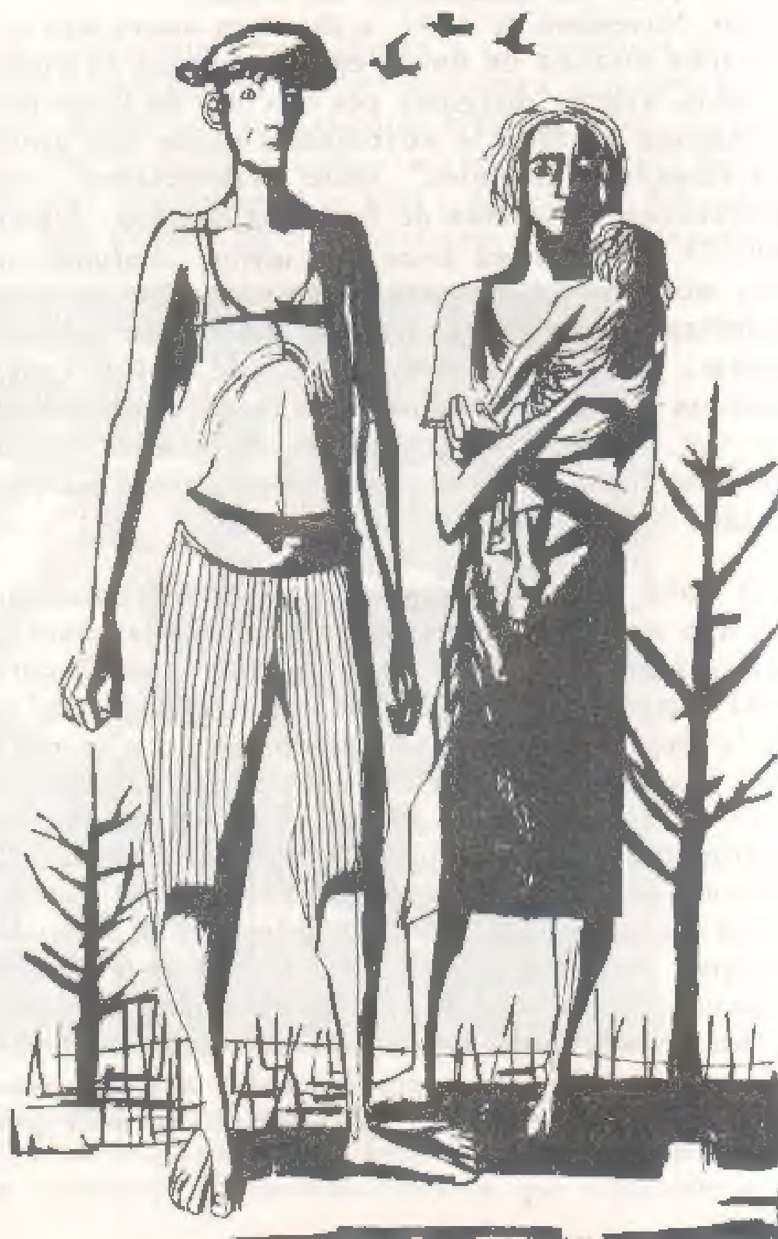
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ - VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 94 FEVEREIRO 1975 X ANO

NESTE NÚMERO



Explicações mentirosas sobre o destino de presos políticos

Em nome do governo, o Ministro da Justiça divulgou uma nota acerca do d saparecimento de dezenas de pessoas, homens e mulheres, acusadas de at vidades contrárias ao regime. Armando Falcão limitou-se a transmitir indicaç sabidamente falsas fornecidas pelos torturadores e assassinos que domin os chamados orgãos de segurança nacional. Recorreu, assim, ao subterfúgic a deslavadas mentiras a fim de contornar uma situação que se vai tornan crítica para os detentores do Poder.

Até Novembro de 1973, a ditadura anunciava os assassinatos de prisionei políticos através de notas emitidas pelas Secretarias de Segurança de divers Estados, sempre dirigidas por oficiais do Exército. Essas notas deturpavam c pletamente os fatos e atribuíam a morte dos presos a acidentes inverossíme Ora alegavam "tiroteios" entre "subversivos", ou entre estes e a polícia; pretextavam tentativas de fuga dos detidos. Algumas vezes referiam-se a sui dios. O objetivo era semear o terror, confundir a opinião pública e tentar j esse meio conter a oposição popular. Mas os resultados foram diferentes. A mentavam os protestos contra o banditismo policial, os crimes ficavam eviden demais. A repressão mudou então de tática: continuou torturando barbaramei todos os que lhe caíam nas garras e simultaneamente fazia desaparecer os p sos que considerava perigosos. Matava-os sem dizer nada. Isto ocorreu c cerca de trinta pessoas. Uma parte, ainda no período de Médici. Outra, sot gestão de Geisel.

A nova tática dos orgãos repressivos esbarrou, contudo, na resistência (que não se conformam com os métodos fascistas. Familiares e amigos das timas, jornalistas, a Ordem dos Advogados, parte do clero e democratas (geral começaram a exigir uma explicação oficial sobre a sorte dos "desapare dos", enquanto vigorosas denúncias eram feitas pelas correntes de esquer e se intensificava a solidariedade internacional. Em consequência, o chefe Casa Civil de Geisel, general Golberi, recebeu uma comissão formada por presentantes de diversos setores para examinar o caso. Procurou desculp governo atual e fingiu preocupação com o destino das pessoas procurad Prometeu investigar e depois informar. Ia adiando, no entanto, o quanto poc qualquer resposta. Ante a insistência de esclarecimentos, refletida na própr imprensa, a omissão ficava difícil. Além do mais, deputados democratas m travam-se decididos a lutar pela criação de uma Comissão Parlamentar de quérito para elucidar o problema dos assassinatos e torturas. Com o intuito se antecipar a essa iniciativa, veio a nota governamental.

Tentando fugir à verdade, isto é, esquivando-se de reconhecer que os elementos em questão haviam sido trucidados na OBAN, no CENIMAR e em quartéis das Forças Armadas, o auxiliar direto de Geisel, no estilo de um reles policial, tratou de apresentar dados inconsistentes de cada vítima com a declaração de que "seu destino é ignorado", "está foragido", "passou à clandestinidade", "encontra-se no exterior" e outros grosseiros embustes, ao mesmo tempo em que para despistar, incluía na relação apresentada alguns nomes de cidadãos anteriormente detidos e mais tarde libertados e sobre os quais ninguém reclamara informações. Falcão sabe muito bem o que sucedeu àqueles patriotas. A trágica realidade consta, aliás, de uma denúncia recentemente feita pelo sr. Aliomar Baleeiro, ministro do Supremo Tribunal Federal, numa conferência em São Paulo: "*Muito mais graves que a desonestidade e a inépcia de alguns perfeitos* – disse ele – *são os atentados que se comete contra outros direitos muito mais importantes (...) são as prisões ilegais, as torturas, os desaparecimentos – se Fulano de Tal desaparece, não se acha mais nada, nem cadáver nem cinzas do cadáver – e a opressão à liberdade de pensamento*".

O povo brasileiro repudia as explicações mentirosas e os supostos gestos de boa vontade do governo, cuja finalidade é acobertar crimes monstruosos e proteger inqualificáveis verdugos. Entre os assassinados figuram nomes bastante conhecidos como Rui Frazão Soares, jovem e combativo universitário; Honestino Guimarães, que dirigiu durante vários anos a UNE; Ana Rosa Kucinski, professora da Universidade de São Paulo; Davi Capistrano e João Massena,



antigos parlamentares; Luis Maranhão, jornalista; Eduardo Collier, participante do movimento estudantil e tantos outros. Todos eles foram presos à vista de várias pessoas e localizados nos cárceres. Há testemunhas de que sofreram selvagens torturas.

Os assassinos permanecem impunes e prosseguem em sua faina sinistr São esbirros policiais do tipo de Sérgio Fleury, Milton Dias, Chico Pinot oficiais das Forças Armadas como o capitão Arruda Albernaz, o major Carl Brilhante Ustra, o tenente-coronel Waldir Coelho, o coronel Fiuza de Castr o brigadeiro Burnier. Os mandantes estão nos serviços de inteligência do xército, da Aeronáutica, da Marinha. Sao igualmente os chefes das Forças madas, os ditadores de plantão, particularmente Garrastazu Médici – um d maiores bandidos que o sol cobre. E por trás deles os homens da CIA e do P tágono.

As prisões ilegais, as torturas e os assassinatos de detentos políticos ocorrem por acaso. Constituem a essencia da orientação antinacional e antip pular do regime militar-fascista. Os generais não podem governar o país s apelar para o arbítrio e o terrorismo. Sua política, contrária aos interesses fu damentais da imensa maioria da nação, exige o emprego constante da força br Por isso, a cada dia que passa, os brasileiros vão tendo maior conhecime da negra história da repressão policial destes últimos anos. Nela se destac caráter das Forças Armadas, instrumento de violência capaz de todas as b xesas contra as grandes massas da população, em especial, contra os que opõem ao atraso e à opressão, os que lutam pelo progresso social. Sobress também o papel da Justiça Militar, cumplice pela ação ou por omissão de a tados os mais indignos contra a pessoa humana.

Cresce, em decorrência, o movimento em defêsa dos presos politicos e de repulsa ao terrorismo fascista, intensifica-se o desmascaramento dos crim da ditadura no seio da qual existem muitos réus dignos do Tribunal de Nuremb gente com as mãos tintas de sangue de patriotas e lutadores de vanguarda; senvolve-se a campanha de solidariedade e apoio às vítimas da repressão s grenta.

Esta luta adquire enorme importância política, é parte integrante do gra combate pela liberdade, em prol da verdadeira independência nacional, sust tado pelas forças progressistas da nação brasileira.

Os torturadores e assassinos, cedo ou tarde, responderão pelos seus crime

Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura

O Partido Comunista do Brasil, antirevisionista e força consequente da oposição popular, cumpre o dever, em face do momento político, de dirigir-se aos democratas e patriotas, quaisquer que sejam suas crenças ou opiniões, a todas as correntes oposicionistas, aos trabalhadores das cidades e do campo, aos estudantes, artistas e intelectuais, ao povo em geral para manifestar-lhes seus pontos de vista e propor-lhes entendimento, objetivando ações conjuntas pela liberdade e pelos interesses nacionais.

Nosso país atravessa uma grave situação. Nem a propaganda oficial dirigida, nem as estatísticas falseadas, nem os discursos e declarações profundamente otimistas dos governantes podem esconder mais a dura realidade. O Brasil caminha para uma crise sem precedentes e está sob a ameaça de ser totalmente avassalado por trustes internacionais poderosos, em especial norte-americanos.

Esta situação relaciona-se com a vigência há quase 11 anos de uma ditadura militar. Em nenhuma época da história do país atentou-se tão brutalmente contra os verdadeiros interessas da coletividade. Jamais foi maior a prepotência e se cometeram tamanhos crimes contra a pessoa humana. Todos os que amam a liberdade e querem resguardar a soberania brasileira têm a obrigação de conjugar esforços no sentido de opor enérgica resistência ao despotismo e à criminosa política dos generais. A ditadura não pode continuar comprometendo impunemente o futuro do país, vilipendiando o povo e causando tantos males à nação.

É desolador o quadro da realidade nacional nos dias que correm. Na imensa maioria dos lares já não se come carne, escasseiam mesmo o arroz e o feijão. Os operários vêem-se privados de quase todas as suas conquistas, constrangidos a trabalhar em excesso e submetidos ao arrocho salarial. O valor real de seus salários, em relação aos que recebiam antes de Abril de 1964, ficou reduzido a metade. No interior reinam a fome e a carência de recursos. Enquanto o latifúndio se expande continuamente, milhões de famílias camponesas permanecem sem terra ou são expulsas das glebas em que produziam para o seu sustento. Os índios continuam sendo dizimados e suas reservas invadidas pela grande empresa agro-pecuária. Por toda a parte, a carestia se faz sentir intensamente. Não é de admirar o surgimento de profunda crise social que se revela no número espantoso de menores abandonados, nos índices elevados de deliquência e criminalidade, no drama terrível dos presídios superlotados, na expansão da mendicância, no crescimento da prostituição, no êxodo rural, na multiplicação das favelas e cortiços. O domínio do capital internacional, sobretudo dos Estados Unidos, acentua-se consideravelmente na economia brasileira. Setores decisivos da indústria e do comércio encontram-se em mãos de potentes trustes; enormes porções de território são cedidas ou vendidas por preços insignifican-

tes, principalmente na Amazônia, a grupos alienígenas.As riquezas naturais – o ferro, o manganês, a bauxita, a cassiterita, o nióbio, a apatita, o níquel – estão sendo exploradas em proveito de consórcios ianques, japoneses, alemães, ingleses e outros. O empresariado nacional sofre cada vez mais restrições em suas actividades; os pequenos e médios produtores ou comerciantes que não foram eliminados pela concorrência dos mais fortes subsistem em meio a grandes dificuldades. O desenvolvimento da economia subordina-se a interesses estranhos a nossa Pátria. O povo trabalha duramente, mas o resultado desse labor não reverte em benefício da maioria da população. As empresas estrangeiras enviam, anualmente, para o exterior centenas de milhões de dólares e reinvestem no país outros tantos milhões retirados dos lucros exorbitantes aqui obtidos. A maior parte da renda nacional acumula-se em poder de reduzidos grupos de exploradores. 10% do conjunto dos habitantes, em 1970, detinham quase 50% dessa renda, enquanto 50% dispunham de menos de 14%. Apenas 1% de ricaços apossava-se de 17,77% da referida renda, mais do que o conseguido pela metade da população. Nos quatro anos transcorridos, a concentração da riqueza se reforçou. Os ricos ficaram mais ricos e aumentou a pobreza. Alargam-se também as desigualdades regionais. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste distanciam-se no atraso, das regiões desenvolvidas do Centro-Sul. O Brasil cai em maior dependência económica e política. Sua dívida externa chega a 20 bilhões de dólares que acarretam pesado ônus à nação. Os governantes vivem de chapéu na mão a implorar créditos e capitais no exterior os quais têm consequências altamente negativas nos rumos e na direção do país. Os centros de decisão de importantes problemas vão passando às multinacionais, aos banqueiros norte-americanos, aos governos imperialistas que se apoiam, internamente, numa minoria vende-pátria. No terreno da cultura não cessaram as perseguições a cientistas e a intelectuais de renome, as expulsões de professores e de alunos das universidades com base no decreto 477, as quedas no nível da instrução. A escola, inacessível aos que não têm recursos, transformou-se num ramo lucrativo de comércio. Mais trágico ainda é o panorama político. Os brasileiros vivem tiranizados. As prisões de patriotas e democratas, que se contam por dezenas de milhares nestes dez anos, prosseguem incessantemente, como prossegue também a tortura, prática degradante e indigna de um país civilizado. Três centenas de revolucionários tombaram assassinados pelos esbirros policiais. Atualmente, a repressão faz desaparecer, depois de presos, os que se opõem de maneira decidida ao regime. Inúmeros cidadãos estão privados de seus direitos políticos puni ão que se estende a membros de suas famílias. O povo não pode escolher os que governam. Como se o Brasil fosse um feudo de militares, são os generais que indicam quem deve assumir a presidência da República (sempre um deles), os governos estaduais e numerosos outros cargos da Administração. E o que é muito grave: intervêm, com propósitos expansionistas, na política de países do Continente, ajudando as forças reaccionárias e pró-imperialistas ianques a implantar ditaduras militares. Enviam "especialistas" brasileiros em tortura e assassínio de patriotas a diversas nações latino-americanas para auxiliar a repressão ao movimento popular. Inflamam assim o ódio de povos irmãos a nossa Pátria, cujo nome no estrangeiro se co verteu em símbolo de tirania.

A essa calamitosa e aviltante situação c u o Brasil sob a ditadura fas-

cista. Em Abril de 1964, os generais prometiam "restaurar" a democracia, acabar com a corrupção, pôr termo ao processo inflacionário, estabilizar as finanças. Não fizeram mais do que instaurar o arbítrio, desrespeitando as próprias leis que instituiram. A corrupção e as negociatas campeiam. Os militares abocanham os principais e mais rendosos postos da máquina de Estado, das empresas estatais e paraestatais, das instituições culturais e até esportivas. Vários deles são hoje diretores de trustes internacionais. A inflação o ano passado alcançava os 35% e bem avaliada ia aos 40%. Em meados de 74, Geisel afirmava que seriam maiores as necessidades de ingresso liquido de capitais estrangeiros, o dobro de 1973. Sob a tutela dos generais, o país já não pode passar sem obter vultuosas somas de fora, isto é, sem contrair novas dívidas e fazer concessões aos monopólios profundamente ruinosas à nação. As diretrizes económico-financeiras do governo e de seus tecnocratas rodundaram num completo fracasso e as perspectivas são bastante sombrias. Eles revelaram-se incapazes e corruptos, ferrenhos inimigos do povo.

Falsos argumentos de mentirosos recalcitrantes

A história está cheia da interferência reacionária dos militares na vida política brasileira, baseada em pretextos fraudalentos. Adversários jurados da democracia, sempre recorreram à conspiração, à mentira, aos planos de provocação, às medidas repressivas e aos golpes de força a fim de frustar os anseios das amplas massas da população. Agora, invocam falsos argumentos com o objetivo de sustentar o regime actual, intimidar e colocar seus opositores na defensiva. Dizem não haver outra alternativa na situação do país: ou esse regime ou o caos; ou as normas draconianas do AI-5 ou a volta aos "dias negros", anteriores a Abril de 1964. Assim situam a questão. O caos e os "dias negros", segundo eles, seriam a existência de alguns partidos democráticos e a escolha direta dos governantes pelo eleitorado, certa liberdade de imprensa e de criação artística, as greves, os comícios e passeatas, em geral controlados, as campanhas populares, as grandes manifestações de massas. Onde, porém, o povo não pode expressar suas opiniões, organizar-se e lutar por seus interesses, escolher seus governantes, aí impera a opressão. A negativa ao recurso de paralização de trabalho é própria do fascismo. A greve é tão antiga quanto a exploração capitalista, um produto inevitável desse sistema. Embora sempre contida e perseguida no Brasil, é um direito dos trabalhadores utilizado com a finalidade de impedir sua degradação física e moral, de conseguir mais pão para seus filhos. As ações de grandes massas só podem ser consideradas como "dias negros", pelos inimigos da pátria. É o povo que constrói a nação. Tudo que se conquistou no Brasil, através dos anos, resultou da luta de massas, da intensa mobilização popular enfrentando a repressão dos setores obscurantistas das classes dominantes. Para citar somente fatos das últimas quatro décadas – foi a campanha de massas, ainda na época do Estado Novo, que abriu caminho à fundação da siderurgia nacional; foi o movimento de massas que levou à rutura com o nazismo e sustentou o apoio à FEB nos campos de batalha na Europa; foi graças aos protestos de massas que os dominadores norte-americanos se

viram obrigados a retirar suas bases militares do Nordeste em 1946; foi a campanha de massas que consagrou a conquista da descoberta e do monopólio estatal de petróleo; foi o movimento de massas que sofreou os apetites imperialistas de internacionalização da Amazônia; foi, enfim, a mobilização de massas que alargou a esfera do ensino secundário e universitário e apontou os defeitos de uma educação elitizante. Justamente por falta de amplas liberdades e de governos sintonizados com as aspirações populares é que o jugo estrangeiro, o atraso e a ignorância têm sido mantidos. Hoje em dia estamos assistindo a passagem das riquezas do país para os trustes estrangeiros, vemos o monopólio estatal do petróleo seriamente ameaçado e a Amazônia retalhada pelas multinacionais. Não! Não é a liberdade, nem o movimento de massas que conduzem ao caos e aos "dias negros". Estes, precisamente, são os que atravessamos sob a ditadura militar.

Os generais inventaram igualmente a absurda teoria chamada de "segurança e desenvolvimento". Declaram que, em liberdade, o Brasil não pode desenvolver-se, sendo necessária a aplicação de rigorosas medidas de segurança que se expressem nas leis de exceção, na censura, na raivosa perseguição a patriotas, na negação dos direitos democráticos. Esta teoria esconde apenas propósitos antinacionais e antipopulares. A liberdade nunca esteve em contradição com o desenvolvimento independente do país. É sua condição precípua, porquanto sem ampla participação do povo – que somente a liberdade possibilita – não haverá efetivo progresso. Ao contrário, a escravidão é que leva à decadência. Portugal é um exemplo. Viveu meio século sob o regime de "segurança nacional" e permaneceu o país mais atrasado da Europa, converteu-se no último baluarte do colonialismo. A "segurança" era tão-somente justificativa para o salazarismo oprimir os negros das colônias da África e sufocar os anseios progressistas do povo português. Durante muitos anos, os brasileiros vêm lutando para tirar o Brasil do subdesenvolvimento. Por que então devem ser reprimidos? Porque o desenvolvimento estimulado pela ditadura é dependente, nada tem de nacional. Capitalistas, especialmente estrangeiros, sequiosos de grandes lucros exigem garantia de tranquilidade política e social como premissa para o investimento de seus capitais espoliadores. Para atendê-los, os generais fabricaram semelhante teoria e empregam métodos de terror fascista. As medidas de segurança destinam-se a manietar o povo, sujeitá-lo, impedir de lutar pelo que é nosso, de ser realmente patriota. Protegem interesses imperialistas e retrógrados, facilitam a exploração feroz dos trabalhadores e o saque das riquezas nacionais.

Manobras enganosas para conservar o fascismo

O povo brasileiro repudia o regime militar-fascista. Nestes quase onze anos, não cessou de lutar. Apesar da repressão violenta, encontrou sempre meios e modos de protestar e exprimir seu inconformismo. Em 1968, veio à praça pública em gigantescas manifestações democráticas. Em 1972, deu início a uma forma mais alta de luta: a resistência armada no Araguaia que os generais procuram

esconder e tentam sufocar de maneira bárbara. Recentemente, as massas populares transformaram as chamadas eleições de 15 de Novembro num plesbicito nacional de julgamento do regime. Através do voto de protesto, dos votos nulos e em branco, e da abstenção, três quartas partes do eleitorado responderam NÃO ao despotismo.

Contudo, os generais aferram-se às posições de mando. Não querem que se restaurem direitos fundamentais do cidadão usurpados com o golpe de 1° de Abril. Embora isolados e desmoralizados, obstinam-se em manter a ditadura. Temem que as liberdades levem o povo a exigir a punição de seus crimes e varrer os obstáculos que entravam o verdadeiro desenvolvimento do país. Atualmente, empenham-se em manobras políticas a fim de contornar a resistência que cresce e tentam nelas envolver forças conservadoras e até setores democráticos. Acenam com "aberturas", prometem "descompressões graduais", falam em "diálogos construtivos" e coisas assemelhadas. Dizem que Geisel precisa de tempo e de apoio para realizar supostas reformas liberalizantes. Mas o que eles pretendem mesmo é consolidar o sistema reacionário e fascista. Isto fica patente em seus pronunciamentos e na sua prática política. Inclinam-se a admitir determinadas críticas e certa oposição, desde que situadas no quadro do regime. Não permitem, ou melhor, proíbem qualquer refutação à ditadura. Defendem o bipartidarismo, que eles próprios consideram de origem artificial, tentando impingir o postiço como genuíno e definitivo. E enquanto afirmam objetivar um pretenso aprimoramento democrático, proclamam seu intento de não renunciar aos poderes de excepão, à censura, ao arrocho salarial. Querem simplesmente quebrar o isolamento em que se acham. Seu fito é institucionalizar o fascismo, com o AI-5 e o 477 embutidos na Constituição outorgada em 1969.

Por conseguinte, cria-se um impasse entre a expressa vontade da maioria da nação e os intuitos ditatoriais e continuístas dos militares, impasse que só pode ser resolvido com a derrocada do regime arbitrário. Este regime precisa ser liquidado, e não, "aprimorado"; derrubado, e não "ajeitado ou adaptado às circunstâncias. Tal a exigência do povo. É também questão de salvação nacional. Sob o governo discriminatório, o país marcha para a insolvência, para a completa submissão aos interesses estrangeiros, para a degradação de boa parte da população. Qualquer contemporização com esse regime representa um crime contra o povo e a Pátria. O ponto-de-vista conciliador, largamente difundido, de que as ações mais enérgicas ou as iniciativas corajosas em defesa das liberdades prejudicam o esforço pela democratização, que seria a meta de Geisel, tem origem palaciana e visa refrear as manifestações hostis ao regime. Os generais procuram enganar setores da opinião com a fórmula de "esperar, e contentar-se com pouco para não entornar o caldo", enquanto se dedicam à realização de seus planos despóticos. A contestação, na atualidade, é um dever cívico primordial. O povo não só tem o direito de criticar e contestar como de pôr abaixo os sistemas reacionários contrários à vontade da maioria.

Por um novo poder que emane do povo

É preciso levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura. Constitui reclamo geral o estabelecimento de franquias autenticamente democráticas, a instituição de um Estado de Direito. A liberdade torna-se essencial para mobilizar

as forças da nação de modo a enfrentar as dificuldades, construir o progresso do país e o bem estar de seu povo. É indispensável a solução dos problemas candentes do Brasil. Além do mais, a situação internacional está carregada de ameaças de guerra por parte do imperialismo e do social-imperialismo. O sistema capitalista entra em profunda crise, aguça-se a luta por mercados e fontes de matérias primas. As duas super-potências – os Estados Unidos e a União Soviética – poderosamente armadas tentam impor a sua hegemonia a todos os povos e descarregar sobre eles o peso das dificuldades que enfrentam. Faz-se imprescindível desenvolver um clima de debates que permita uma tomada de consciência das grandes massas com vistas a defender a nossa Pátria dos perigos que se levantam ameaçadoramente e levá-la a unir-se com os países que se opõem à agressão, ao imperialismo e ao hegemonismo.

Mas a exigência em prol de um Estado de Direito democrático somente se poderá efectivar através de uma Assembleia Constituinte, livremente eleita e que disponha do real poder. Unicamente ela terá condições e autoridade para criar um sistema de governo que emane do povo, instituir e afirmar a soberania popular. São ilegítimas e inaceitáveis as Constituições impostas por ditadores ou elaboradas à revelia da coletividade. E para que sejam eleitos verdadeiros representantes da nação deve existir liberdade de organização e de manifestação do pensamento, ideias e programas em confronto, candidatos indicados pelas diversas correntes de opinião. É impossível ordenar juridicamente a vida de um país sob a vigência de atos e leis de exceção, como os que existem no Brasil, pois eles constituem flagrante desrespeito aos mais elementares direitos do cidadão, servem de instrumento à violência organizada contra o povo, sujeito a arbitrariedades da polícia e dos militares, a julgamentos sumários na justiça castrense. Tampouco se pode erigir um sistema político democrático, quando milhares de pessoas, muitas das quais com relevante folha de serviços prestados ao país, estão impedidas de participar da atividade pública, centenas de estudantes e professores permanecem abusivamente afastados das escolas e inúmeros patriotas continuam encarcerados, caçados pelos denominados orgãos de segurança, ou banidos de sua terra natal.

Coloca-se na ordem do dia como solução política viável para liquidar a ditadura, a convocação de uma ASSEMBLEIA CONSTITUINTE LIVREMENTE ELEITA, A ABOLIÇÃO DE TODOS OS ATOS E LEIS DE EXCEÇÃO, A ANISTIA GERAL. Estas proposições fundamentais representam o sentimento da quase totalidade dos brasileiros. Apesar da censura, defenderam-nas de uma ou outra forma e em diferentes oportunidades organizações progressistas e figuras expressivas de setores democráticos. Recentemente, pronunciaram-se favoráveis a elas grande número de advogados e juristas na Conferência da OAB, muitos candidatos às eleições de 15 de Novembro, personalidades de destaque, escritores, representantes da Igreja, líderes sindicais, dirigentes populares. Ganha corpo a ideia de pôr as instituições políticas e jurídicas a serviço das aspirações nacionais, de rejeitar as que servem de freio às transformações democráticas e às mudanças necessárias na ordem econômica e social.

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, A ABOLIÇÃO DE TODOS OS ATOS E LEIS DE EXCEÇÃO E A ANISTIA GERAL somente serão alcançados através

da luta, demandam a realização de uma vigorosa campanha de âmbito nacional. Esta campanha, traduzindo tão sentidos anseios, tornar-se-á irresistível na medida em que mobilize imensas forças democráticas e populares para levar de vencida a resistência dos déspotas que se agarram ao Poder como ostras à pedra. Ao mesmo tempo, é preciso prosseguir no combate à dominação estrangeira e em defesa das riquezas nacionais, por melhores condições de vida para o povo, contra a censura à imprensa, ao teatro, à televisão e à música popular, contra a intervenção e o policialismo nos sindicatos, pelo livre funcionamento dos diretórios e centros estudantis, contra o terrorismo fascista, em prol dos direitos das massas camponesas.

Unidade para a luta, arma da vitória

O êxito nesta magna tarefa exige a criação de uma ampla e combativa frente de oposição à ditadura. As correntes e organizações representativas do povo têm que procurar o entendimento para atuarem unidas. A unidade para a luta é a arma da vitória.

O regime militar, que recorre ao embuste e ao terror, se mantém não porque seja forte, mas devido a que as forças patrióticas e antiditatoriais se encontram dispersas, o movimento operário e a atuação dos camponeses por seus direitos ainda não cobraram o necessário vigor. A atividade democrática é insuficientemente coordenada, não obstante o intenso descontentamento que se esparrama por todo o território brasileiro.

É evidente, também, que os generais cuidam de dificultar a união das correntes que se opõem ao Sistema. Uma de suas táticas é o ataque cerrado às forças de esquerda, por eles consideradas como subversivas e proscritas definitivamente da vida pública, de modo a isolá-las e levar a vacilação e o temor aos setores oposicionistas do centro aos quais Geisel e sua camarilha procuram ganhar ou neutralizar. Mas as forças de esquerda constituem no Brasil de hoje ponderável parcela da população, seu núcleo politicamente mais ativo. A investida contra elas identifica-se com a negação das liberdades democráticas e, portanto, destina-se a conservar a ditadura. Quem propugna pelo estabelecimento da democracia tem que rechaçar firmemente semelhantes manejos.

Embora a reação tente tolher a frente única e obstar as manifestações de inconformismo, as condições para reforçar a unidade e elevar o nível das lutas são promissoras. Há sérios indícios de que os trabalhadores e as massas populares preparam-se para exigir o atendimento de suas reivindicações face ao agravamento do custo-de-vida. Amplos setores da classe média mostram-se preocupados com seu contínuo empobrecimento. A burguesia nacional e até segmentos de ricos produtores do campo insurgem-se contra a política restritiva do governo que lhes traz sérios prejuízos. Tende a avolumar-se o sentimento patriótico diante do entreguismo descarado, do roubo das riquezas nacionais, da subordinação crescente do país aos interesses do capital estrangeiro. Já o resultado do pleito de 15 de Novembro deu mostras da indignação que se acumula. Protestos [illegible] serão inevitáveis.

O primeiro passo no terreno da unidade é a ação conjugada de todas as forças democráticas e patrióticas por objetivos comuns. Atuando no mesmo sentidc coordenadamente, estas forças multiplicarão suas energias e possibilitarão a formação de um poderoso e unitário movimento em favor da liberdade e contra a ditadura. Se a maioria dos brasileiros se unir e lutar decididamente de variadas formas nas fábricas e sindicatos, nas escolas e centros acadêmicos, nas fazendas e vilas, nas cidades e no campo, no parlamento, no púlpito, no teatro, nos cárceres, nos quartéis, nas ruas, nas selvas do Araguaia e ond seja possível, a sorte do regime militar-fascista estará definitivamente selada Isolados e acuados pelas massas, os generais não poderão sustentar-se no Poder. Serão derrubados e com eles os que lhes prestam apoio e a eles se juntar para defender a ordem injusta imposta pelas Forças Armadas. Abrir-se-á o caminho à instauração de um novo sistema, baseado na liberdade e voltado par o progresso social.

Os comunistas – que lutam por um governo popular revolucionário e semp se bateram por uma reforma agrária radical e pela expulsão dos opressores ia ques – estão dispostos, na atual situação, sem abdicar de seu programa, a un seus esforços aos de todos os patriotas e democratas para pôr fim à ditadu entreguista e sanguinária. Acham-se convencidos de que a conquista de objetivos tais como uma CONSTITUINTE LIVREMENTE ELEITA, a ABOLIÇÃO D TODOS OS ACTOS E LEIS DE EXCEÇÃO e a ANISTIA GERAL exigem a aliança de todas as forças sinceramente desejosas de ver o Brasil no caminho da d mocracia, da verdadeira independência nacional, do progresso e do bem-estar seus filhos. Os comunistas subordinam as demais tarefas à consecusão dest objetivos.

Eis aí nossa opinião e as nossas propostas. Se elas não coincidirem com de outras correntes, estamos prontos a examinar os pontos discordantes, busc do encontrar a plataforma comum para a unidade de ação que o momento impõe

Janeiro de 1975

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRA

A promoção soviética da distensão internacional

Os cabecilhas do social-imperialismo soviético transformaram, ultimamente, em leitmotiv de sua propaganda, a ideia de que a chamada distensão internacional deve ser "irreverssivel". Através de artigos, declarações, discursos e outros meios tratam de imbuir os povos dessa ilusão.

Não se limitam a bater na referida tecla. O tom maior vai para a necessidade de revigorar a colaboração soviético-norte-americana que sofreu tropeços depois da reunião do Vladvostok com a denúncia que eles próprios viram-se forçados a fazer do tratado do comércio firmado entre as duas superpotências. Mas, a seu ver, o contratempo é passageiro. Asseguram que a cooperação será vitoriosa, a despeito da oposição dos "círculos mais reacionários dos Estados Unidos". Insistem em apresentá-la como a grande panacéia para solucionar pacificamente as sempre mais agudas divergências e contradições engendradas pelo imperialismo e o social-imperialismo. Repetem que só essa colaboração criará um novo mundo "sem guerras, sem exércitos e sem armas", de verdadeira "cooperação geral". Além de repisarem no desgastado tema, apesar de estarem bastante desmascarados como mistificadores, contra-revolucionários e expansionistas, os sucessores de Nikita Kruchov intensificaram seus ataques contra a China de Mao Tsetung, acusando-a de instigadora de guerra e responsável pela tensão na fronteira sino-soviética. Esta acusação, porém, é de uma impudência sem paralelo, uma grande infâmia. Todos sabem que a China Socialista tem suportado com paciência as provocações grosseiras dos novos tzares russos e proposto negociações pacíficas para resolver os problemas fronteiriços.

Para demonstrar que seu bastão de mando ainda funciona, e que não abandonaram o disfarce de leninistas, de pseudo-arautos da causa da emancipação da Humanidade, os dirigentes de Moscou ditaram a linha a ser aplicada pelos partidos revisionistas em face da crise em que está mergulhado o mundo capitalista.

O diapasão da propaganda soviética pouco varia. Boris Ponomarev, teórico enfatuado, escreveu que a tarefa principal da política exterior do seu grupo é dar "caráter irreversível ao apaziguamento das tensões internacionais". Instruiu os partidos revisionistas no sentido de adotarem uma estratégia e tática de acordo com "a nova etapa das relações internacionais" e de colocarem "no primeiro plano a luta contra o perigo do fascismo e das tendências fascistas". Como se depreende, tudo deve ser feito para não atacar os inimigos dos povos, nem sequer se deve pensar em destruí-los, levando a revolução para diante. Tal orientação oportunista dispensa maiores comentários. No entanto, Ponomarev voltou a afirmar descaradamente que a China prejudica o movimento comunista. Segundo ele, os camaradas chineses fazem "declarações belicosas", acompanhadas de pretensões territoriais." Quer dizer, o inimigo principal a combater é a China Socialista.

Nesse entretempo, outro conhecido sacripanta revisionista, Nicolau Podgorni, asseverou que ele e seus parceiros estão preparados para "dar novos passos a fim de tornar irreversível a distensão". Propôs que a detente se estenda "não apenas a todas as regiões do mundo e principais esferas da política e da economia, mas também ao campo militar". E pediu, como sofista consumado, que a União Soviética seja tratada numa base de igualdade, sem tentativas de interferência em sua política interna. (tentam posar de vítimas quando são eles que se intrometem na vida das demais nações).

E para não deixar dúvidas do empenho de Moscou na distensão e na colaboração com o mundo imperialista, em particular com os Estados Unidos, o próprio Brezhnev reapareceu, melífluo como sempre, para dizer ao primeiro ministro inglês, Harold Wilson, mas pensando em Gerald Ford: "Estamos dispostos a fazer todo o esforço possível por uma histórica e irreversível mudança no sentido da atenuação das tensões internacionais e para chegar a uma cooperação vantajosa com os Estados de sistemas sociais diferentes, na base da completa igualdade e do respeito mútuo". A seguir, salientou: "Devemos salvaguardar os mais altos interesses de nossos países e da Humanidade, já que todos pereceríamos numa guerra nuclear e uma vez que aos perigos hipotéticos de um conflito se soma também a dramática realidade, muito atual, da fome e do subdesenvolvimento do mundo.

Todo esse palavrório diz bem a preocupação da camarilha revisionista soviética em concluir novos acordos com Washington. A esta é endereçado o reclamo de tratamento igual, já que tem sido outro, arrogante, chovinista, o reservado aos países "menos iguais". Quanto ao prenúncio de um conflito atômico, quer pelo conteúdo, quer pela forma, configura novas chantagens e intimidações. Nenhum povo, por causa disso, vai trocar sua independência e sua liberdade pela proteção dos lobos imperialistas. E relativamente à tirada demagógica da "realidade, muito atual, da fome e do subdesenvolvimento" os povos não se deixam enganar. Sabem que enquanto persistir a espoliação imperialista e social-imperialista, esses males se agravarão.

Quem impede que a União Soviética e os Estados Unidos contribuam para a apregoada distensão e reforcem seu conluio pela repartição das esferas de influência no mundo? Se, de um lado, Brezhnev e seus sequazes mostram-se tão pressurosos por novos acordos, do outro, Gerald Ford e Cia. não o estão menos. Haja visto que, ainda há pouco, pronunciando-se a tal respeito em termos bem explícitos, disse o presidente norte-americano: "Como os recursos vitais estão distribuidos de modo não uniforme, as nações devem escolher entre o conflito e a cooperação". E aduziu: "Ninguém pode prever a extensão do dano ou o fim de desastrosas consequências, se as nações se recusarem a dividir as dádivas da natureza em benefício de toda a humanidade". É interessante notar que, para o substituto de Nixon, a alternativa da cooperação é o conflito. E este aparece com efeitos devastadores, com a imagem do "juizo final", caso os povos não se submetam aos ditames dos imperialistas ianques. Também defende ele que a cooperação deve ser estabelecida numa base de "igualdade" (como a do pote de ferro com o pote de barro). Preconiza até mesmo o igualitarismo na distribuição das riquezas e recursos naturais do mundo. Na verdade, isso deve ser

Nesse entretempo, outro conhecido sacripanta revisionista, Nicolau Podgorni, asseverou que ele e seus parceiros estão preparados para "dar novos passos a fim de tornar irreversível a distensão". Propôs que a detente se estenda "não apenas a todas as regiões do mundo e principais esferas da política e da economia, mas também ao campo militar". E pediu, como sofista consumado, que a União Soviética seja tratada numa base de igualdade, sem tentativas de interferência em sua política interna. (tentam posar de vítimas quando são eles que se intrometem na vida das demais nações).

E para não deixar dúvidas do empenho de Moscou na distensão e na colaboração com o mundo imperialista, em particular com os Estados Unidos, o próprio Breznhev reapareceu, melífluo como sempre, para dizer ao primeiro ministro inglês, Harold Wilson, mas pensando em Gerald Ford: "Estamos dispostos a fazer todo o esforço possível por uma histórica e irreversível mudança no sentido da atenuação das tensões internacionais e para chegar a uma cooperação vantajosa com os Estados de sistemas sociais diferentes, na base da completa igualdade e do respeito mútuo". A seguir, salientou: "Devemos salvaguardar os mais altos interesses de nossos países e da Humanidade, já que todos pereceríamos numa guerra nuclear e uma vez que aos perigos hipotéticos de um conflito se soma também a dramática realidade, muito atual, da fome e do subdesenvolvimento do mundo.

Todo esse palavrório diz bem a preocupação da camarilha revisionista soviética em concluir novos acordos com Washington. A esta é endereçado o reclamo de tratamento igual, já que tem sido outro, arrogante, chovinista, o reservado aos países "menos iguais". Quanto ao prenúncio de um conflito atômico, quer pelo conteúdo, quer pela forma, configura novas chantagens e intimidações. Nenhum povo, por causa disso, vai trocar sua independência e sua liberdade pela proteção dos lobos imperialistas. E relativamente à tirada demagógica da "realidade, muito atual, da fome e do subdesenvolvimento" os povos não se deixam enganar. Sabem que enquanto persistir a espoliação imperialista e social-imperialista, esses males se agravarão.

Quem impede que a União Soviética e os Estados Unidos contribuam para a apregoada distensão e reforcem seu conluio pela repartição das esferas de influência no mundo? Se, de um lado, Brezhnev e seus sequazes mostram-se tão pressurosos por novos acordos, do outro, Gerald Ford e Cia. não o estão menos. Haja visto que, ainda há pouco, pronunciando-se a tal respeito em termos bem explícitos, disse o presidente norte-americano: "Como os recursos vitais estão distribuidos de modo não uniforme, as nações devem escolher entre o conflito e a cooperação". E aduziu: "Ninguém pode prever a extensão do dano ou o fim de desastrosas consequências, se as nações se recusarem a dividir as dádivas da natureza em benefício de toda a humanidade". É interessante notar que, para o substituto de Nixon, a alternativa da cooperação é o conflito. E este aparece com efeitos devastadores, com a imagem do "juízo final", caso os povos não se submetam aos ditames dos imperialistas ianques. Também defende ele que a cooperação deve ser estabelecida numa base de "igualdade" (como a do pote de ferro com o pote de barro). Preconiza até mesmo o igualitarismo na distribuição das riquezas e recursos naturais do mundo. Na verdade, isso deve ser